



Eixo 6 : O mundo digital: apropriações e desafios

Democratização da informação jurídica rara: a experiência na digitalização o do acervo de obras raras da Biblioteca STJ-Enfam

Democratization of rare legal information: the experience of digitizing the rare works collection of STJ-Enfam

Luciana Carvalho de Oliveira – Superior Tribunal de Justiça (STJ) – luciano@stj.jus.br

Jéssica Letícia Moura Marques – Superior Tribunal de Justiça (STJ) – mourajes@stj.jus.br

Resumo: O estudo analisa o processo de digitalização do acervo de obras raras da Biblioteca STJ-Enfam, com ênfase na preservação e ampliação do acesso à informação jurídica. Fundamenta-se na literatura da Ciência da Informação sobre digitalização como estratégia de preservação e democratização do acesso. Trata-se de um relato de experiência que descreve etapas de seleção, tratamento, digitalização e disponibilização. Como resultados, destaca-se a incorporação dos materiais digitalizados na Biblioteca Digital Jurídica – BDJur. Conclui-se que o projeto reforça o papel da biblioteca institucional como instrumento essencial de acesso aberto à informação.

Palavras-chave: Obras raras. Digitalização. Acesso à informação. Bibliotecas digitais. Preservação digital.

Abstract: The study analyzes the digitization process of the rare works collection from the STJ-Enfam Library, with an emphasis on the preservation and expansion of access to legal information. It is based on the literature of Information Science on digitization as a strategy for preservation and democratization of access. This is an experiential report that describes the stages of selection, processing, digitization, and availability. The results highlight the incorporation of the digitized materials into the Legal Digital Library – BDJur. The study concludes that the project reinforces the role of the institutional library as an essential tool for open access to information.

Keywords: Rare books; Digitization; Information access; Digital libraries; Digital preservation.



1 INTRODUÇÃO

A digitalização e a disponibilização de obras raras configuram-se como estratégias essenciais para a democratização do acesso à informação, sendo amplamente apontadas na literatura como mecanismos relevantes para a preservação e a salvaguarda da memória cultural de uma sociedade (Gomes *et al.*, 2024).

Dentre as justificativas que fundamentam iniciativas desse tipo de processo, destacando-se a facilitação do acesso ao conhecimento, proporcionada pela disponibilização para consulta remota e pela indexação em buscadores on-line, bem como a preservação das obras, ao possibilitar o acesso ao conteúdo sem a necessidade de manuseio dos exemplares originais.

De acordo com Gomes *et al.* (2023), a digitalização e a disponibilização de obras raras desempenham um papel crucial na consolidação e garantia do direito de acesso à informação na sociedade, sendo de responsabilidade dos centros de informação, como bibliotecas, museus e arquivos, disseminarem este tipo de acervo, que possui elevado valor histórico, cultural e intelectual.

Neste contexto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de digitalização das obras raras pertencentes ao acervo da biblioteca do Superior Tribunal de Justiça/Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (STJ-Enfam), instituição detentora de um dos mais relevantes acervos jurídicos do país, destacando-se, nesse conjunto, o acervo raro, composto por aproximadamente 1.500 títulos. Trata-se de um relato de experiência que descreve as principais etapas do projeto, ainda em curso, bem como seus procedimentos, desafios e contribuições associados à iniciativa, especialmente no que se refere à ampliação do acesso e à preservação desse valioso patrimônio informacional.

1. 1 JUSTIFICATIVA

A Biblioteca STJ-Enfam constitui-se como referência nacional no âmbito das bibliotecas jurídicas, notabilizando-se por abrigar um dos maiores acervos especializados em direito do país, bem como por ofertar uma ampla gama de serviços informacionais. Dentre as coleções que integram seu acervo, destaca-se a coleção de obras raras, composta por 1.457 títulos nas áreas do direito e disciplinas correlatas.



Os critérios que nortearam a constituição do acervo de obras raras do STJ já foram abordados em estudos anteriores como Meneses e Silva (2004) e Greenhalgh e Manini (2013). Em síntese, a formação inicial do acervo considerou os seguintes critérios: i) obras da área jurídica ou correlata; ii) todas as obras de direito, nacionais ou estrangeiras, até o ano de 1910; iii) primeiras edições de obras jurídicas amplamente utilizadas na época de juristas renomados; iv) obras jurídicas consagradas que continham dedicatórias do autor; v) primeiros fascículos de periódicos jurídicos (nacionais ou estrangeiros) amplamente utilizados, cuja publicação se mantinha há muitos anos; vi) livros jurídicos de época que apresentavam capas assinadas; vii) obras da área jurídica assinadas ou rubricadas pelo autor, desde que este fosse jurista de reconhecido prestígio; viii) obras jurídicas que figurassem como raras em fontes de informação especializadas.

Observa-se que, majoritariamente, o acervo foi composto por obras produzidas em um período caracterizado pela produção artesanal do livro, o que confere singularidades materiais e históricas a esse conjunto documental. Nesse contexto, observa-se que a relevância histórico-documental e a vulnerabilidade física dessas obras impõem restrições ao seu acesso direto. Tal condição, embora necessária sob a perspectiva da preservação, implica limitações à disseminação do conhecimento registrado, tensionando a relação entre conservação do patrimônio bibliográfico e ampliação do acesso à informação. Assim, a digitalização emerge como estratégia fundamental para a mediação entre preservação e acesso.

Diante desse cenário, o presidente do STJ em exercício, 2024/2026, considerando o valor histórico e cultural das obras raras do acervo institucional, propôs a iniciativa de sua digitalização e posterior disponibilização na Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), com o objetivo de assegurar maior disseminação e amplo acesso ao conteúdo, em benefício da sociedade como um todo, especialmente operadores do direito, historiadores, pesquisadores e instituições acadêmicas. Tal iniciativa encontra-se alinhada a um dos objetivos estratégicos fundamentais do STJ, qual seja, a promoção da cidadania, reforçando o papel da biblioteca institucional como instrumento essencial de acesso aberto à informação (Brasil, 2021). Nesse contexto, seus produtos, serviços e iniciativas constituem mecanismos relevantes de apoio à transformação social e ao fortalecimento do exercício da cidadania.



2 METODOLOGIA

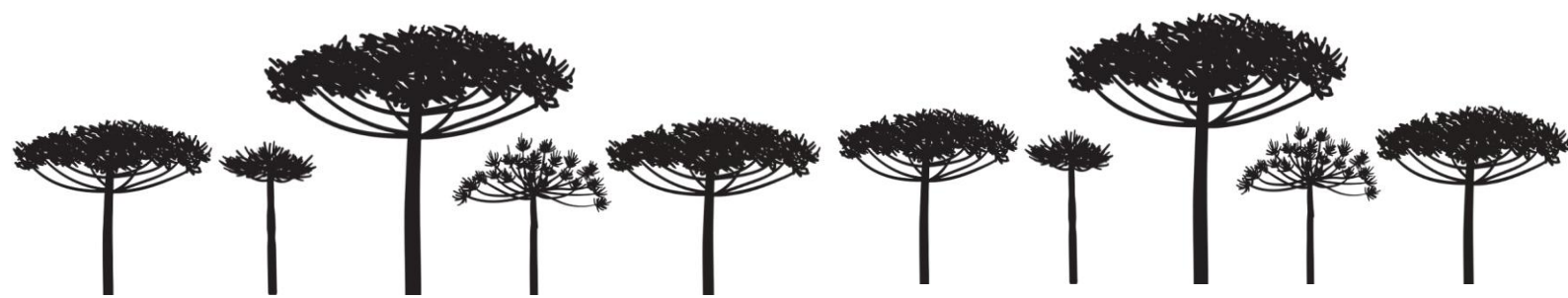
A presente pesquisa caracteriza-se por uma abordagem aplicada, voltada à organização, seleção e incorporação de obras raras em ambiente digital. Com o objetivo de assegurar o êxito do projeto, foi constituída uma equipe intersetorial, composta por diferentes unidades organizacionais do Tribunal, a saber:

- **Secretaria de Cultura e Memória (SCM)**
 - Coordenadoria de Biblioteca (CBIB)
 - Seção de Processos Técnicos e Normalização Bibliográfica (SPTEC)
 - Seção de Gestão Técnica e Organização Bibliográfica (SEGEB)
 - Seção de Publicações Institucionais e Normalização (SEPIN), extinta, posteriormente substituída pela SPTEC no projeto
 - Laboratório de Preservação e Restauro (LAPRE)
- **Secretaria Judiciária (SJD)**
 - Seção de Virtualização de Processos (SVIRT)

A etapa inicial do projeto compreendeu o levantamento do quantitativo de títulos e a normalização do catálogo da coleção de obras raras do acervo. A partir dos títulos identificados, foram realizadas buscas na *web* com o objetivo de verificar a disponibilidade de obras já digitalizadas, em domínio público ou com autorização para reuso em outras bases, o que resultou no *download* de 866 arquivos.

Na sequência, procedeu-se a comparação entre os documentos digitais recuperados e os exemplares físicos pertencentes à coleção de obras raras da Biblioteca. Esse processo visou verificar a correspondência entre os conteúdos e assegurar a integridade das versões digitais em relação aos originais.

Dos documentos analisados, 241 foram considerados compatíveis quanto ao conteúdo principal, apresentando apenas variações pontuais, especialmente relacionadas a marcas de propriedade, como carimbos, e elementos gráficos nas páginas iniciais. Esses materiais foram priorizados para incorporação ao acervo digital da BDJur, com a devida observância das condições de copyright das fontes originais e inclusão de



Como resultado dessa etapa preparatória, verificou-se uma significativa otimização dos recursos institucionais do STJ, evidenciada pela redução substancial da demanda por digitalização direta de obras físicas. Adicionalmente, a diminuição da necessidade de manuseio de exemplares originais contribui para a preservação do acervo, reforçando a adoção de práticas alinhadas aos princípios de conservação preventiva e gestão eficiente da informação.

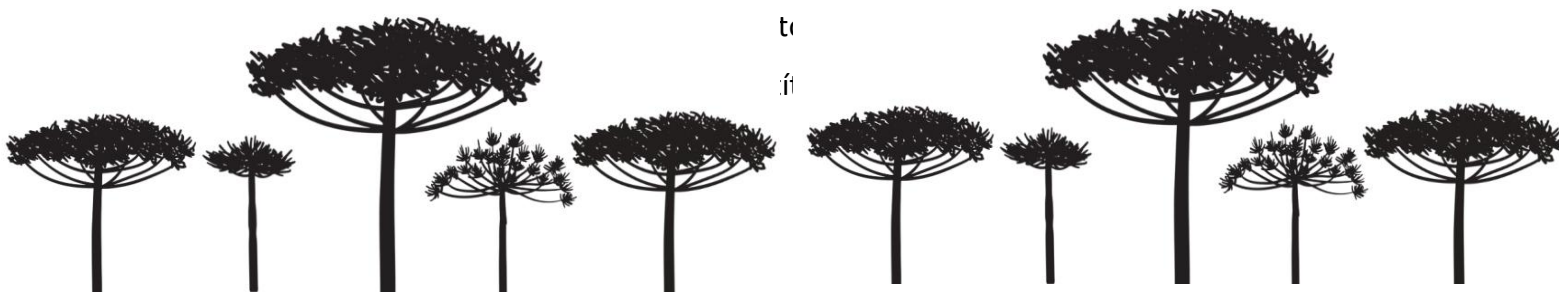
Dando prosseguimento ao projeto, o LAPRE, efetuou uma visita técnica à SVIRT a fim de avaliar os equipamentos de captura – scanners verticais - que seriam utilizados no processo, as instalações físicas e fornecer orientações técnicas para a execução das atividades como manuseio correto, conservação dos documentos, questões de segurança, de sinistralidade, entre outros, conforme orientado pela Fundação Oswaldo Cruz (2019).

Além disso, o LAPRE ficou responsável por avaliar as obras selecionadas em cada lote e emitir pareceres técnicos quanto às condições das obras e a viabilidade do processo de digitalização. Assim, o primeiro lote foi avaliado em março de 2025 e, em seguida, encaminhado à SVIRT, dando início, efetivamente, ao processo.

Para seleção dos lotes, alguns critérios foram adotados, tais como: somente obras da área jurídica, somente obras em domínio público, dentre diversas edições, selecionar as mais antigas, obras em boas condições físicas para manuseio. Os lotes foram inicialmente compostos por 10 exemplares, contudo, com a aquisição de novos scanners, passaram a incluir 40 exemplares, o que conferiu maior celeridade ao processo de digitalização, que exige, em média, uma semana por lote.

Para a digitalização, foi orientado que fossem mantidas as características das obras originais, de modo a proporcionar melhor experiência ao usuário. Concluída a digitalização, os arquivos são revisados pela SEGEB e encaminhados para inclusão na BDJur.

A BDJur, mantida pelo Superior Tribunal de Justiça há 20 anos, constitui um repositório voltado à organização e disponibilização de conteúdos jurídicos estruturados em comunidades e coleções, configuradas conforme as políticas determinadas para cada conjunto documental. Entre essas coleções, destaca-se a de Obras Raras,



O software adotado para a hospedagem da BDJur é o *DSpace*, caracterizado como uma solução de código aberto amplamente reconhecida no âmbito da gestão de repositórios digitais. Tal plataforma adota o protocolo *Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting* (OAI-PMH), da *Open Archives Initiative* (OAI), para a coleta e interoperabilidade de metadados, bem como o padrão *Dublin Core* como esquema descritivo para a representação dos itens informacionais.

Para Arakaki, A., Arakaki, F. e Mendonça (2024), o *Dublin Core* é um padrão de metadados de uso consolidado em repositórios digitais para descrever os recursos de forma consistente, facilitando a organização e a recuperação da informação. Em síntese, o *Dspace* destaca-se por oferecer suporte eficiente à organização, preservação e disseminação da informação, garantindo acesso estruturado e interoperável aos conteúdos armazenados (Herrera, 2026).

Quanto à preservação digital, o *DSpace* oferece: preservação dos Bits - garante que o arquivo permaneça inalterado ao longo do tempo, independente da evolução de mídias físicas; preservação funcional – permite ajustes ao longo do tempo sem comprometer a usabilidade original do arquivo; URL persistentes - *handles* - fornecem identificadores persistentes, assegurando acesso estável ao recurso digital mesmo quando há mudanças em seu local de armazenamento (Weber, 2008).

No contexto do projeto atual, a BDJur consolida-se como repositório institucional de referência para o depósito dos títulos em processo de digitalização, reforçando seu papel como ambiente de preservação, organização e disseminação da informação jurídica rara. Essa configuração evidencia a continuidade das políticas institucionais de preservação digital e de ampliação do acesso ao seu patrimônio bibliográfico.

Dessa forma, todos os materiais submetidos ao processo de digitalização estão sendo disponibilizados na BDJur, na coleção Obras Raras, após passarem pelo processo de descrição, utilizando um conjunto de dados específicos do *Dublin Core*. No caso específico de obras que foram obtidas por meio de *download* na *web*, foram incluídas notas de conteúdo com a identificação da instituição responsável pela reprodução do material. A interface da coleção Obras Raras na BDJur é apresentada abaixo:





Fonte: Brasil (2026)

Descrição: Interface da coleção "Obras Raras" da Biblioteca Digital Jurídica (BDJur), apresentando ferramentas de busca, filtros de pesquisa e resultados de documentos históricos digitalizados.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dada a relevância do acervo de obras raras do STJ, tanto por seu valor histórico, ao reunir obras oriundas do período de produção artesanal do livro, quanto por seu valor cultural, ao preservar fundamentos essenciais do Direito, trata-se de um patrimônio documental de grande importância para a memória e para a pesquisa na área jurídica. Nesse contexto, previu-se, inicialmente, a digitalização integral do acervo para sua disponibilização ao público.

Contudo, tal propósito mostrou-se de difícil concretização em razão de diversos fatores, destacando-se: (i) restrições relacionadas aos direitos autorais, uma vez que nem todas as obras encontram-se em domínio público; (ii) insuficiência de informações disponíveis sobre autores e titularidade de direitos; (iii) o estado de conservação de parte das obras, algumas das quais excessivamente deterioradas para suportar o processo de digitalização; e (iv) limitações técnicas decorrentes de intervenções de restauração, especialmente em exemplares com texto próximo à lombada, o que compromete a captura integral do conteúdo pelos equipamentos utilizados, não sendo permitido o completo manuseio ou abertura dos volumes, para que não ocorra o



Ao passo que a digitalização e a disponibilização de acervos raros desempenham um papel crucial na garantia do direito de acesso à informação, amparas pela Lei nº 12.527/2011 (Brasil, 2011), tal prática enfrenta desafios provenientes dos direitos autorais, que permitem apenas a digitalização e disponibilização de obras em domínio público. De acordo com a Lei nº 9.610/1998 (Brasil, 1998), que trata sobre direitos autorais, os direitos patrimoniais do autor permanecem vigentes por setenta anos, contados a partir de 1º de janeiro do ano seguinte ao seu falecimento, respeitando-se a ordem de sucessão prevista na legislação civil. Portanto, as obras que ainda estão sob proteção de direitos patrimoniais somente podem ser disponibilizadas ao público mediante autorização prévia e expressa de seus titulares, como autores ou editoras (Gomes *et al.*, 2023).

No que se refere às condições físicas do acervo, observa-se que, em razão de sua antiguidade, os materiais apresentam elevado grau de sensibilidade e fragilidade ao manuseio, especialmente ao folhear, o que demanda procedimentos técnicos rigorosos. Nesse contexto, a seleção dos lotes a serem digitalizados tem sido conduzida por profissionais do LAPRE, especialistas em conservação e restauração de acervos, cuja expertise os qualifica para avaliar a viabilidade dos materiais frente às etapas do processo de digitalização.

Tal procedimento revela-se fundamental, uma vez que itens em estado avançado de deterioração podem não resistir ao processo, implicando risco de perda irreversível. Assim, a avaliação prévia das condições físicas constitui etapa estratégica para a preservação do acervo, alinhando-se às práticas recomendadas (Greenhalgh, 2011).

Considerando que o catálogo de obras raras do STJ é composto por 1.457 títulos e que, desse total, 241 foram obtidos por meio de *download* em ambiente *web* e já se encontram disponibilizados na BDJur, com as devidas atribuições de crédito, o escopo do projeto compreende a digitalização de 1.216 obras. O progresso dessa etapa é apresentado a seguir, considerando o período de março de 2025 a abril de 2026.

Gráfico 1 – Status do processo de digitalização





Fonte: Elaborado pelas autoras

Descrição: Gráfico de barras horizontais que apresenta o progresso da digitalização da coleção, indicando 46,05% de títulos digitalizados e 53,95% de títulos ainda a serem digitalizados.

Um aspecto relevante a ser considerado refere-se à etapa de revisão do material digitalizado, na qual são identificadas inconsistências como ausência de páginas, cortes de texto, duplicidades e desordenação sequencial. Tais ocorrências demandam maior tempo de execução na finalização dos lotes e impactam, consequentemente, na disponibilização dos itens na BDJur.

Por fim, conforme previamente explicitado, o projeto encontra-se em andamento. Todavia, em razão das limitações impostas pelas barreiras identificadas, reconhece-se a impossibilidade de digitalização e disponibilização integral do acervo. Ainda assim, a iniciativa orienta-se pela busca do mais elevado nível possível de cobertura, com vistas à maximização do acesso e à preservação do acervo no âmbito institucional.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A digitalização de obras raras configura-se como uma prática já adotada por diversas instituições que visam a ampliação da disseminação e do acesso ao conhecimento contido em seus acervos de elevado valor histórico, cultural e intelectual. Ademais, tal iniciativa contribui de maneira significativa para a preservação dos exemplares originais, ao minimizar a necessidade de manuseio direto, reduzindo, assim, os riscos de deterioração física dos documentos (Fundação Oswaldo Cruz, 2019).



Contudo, o processo de digitalização e disponibilização de obras raras deve ser precedido por um projeto bem estruturado, contendo as ações que deverão ser realizadas. Assim, devem ser considerados aspectos voltados para o processo de digitalização, como equipamentos de captura, orientações quanto ao manuseio das obras, seleção de obras com boas condições físicas para suportar o processo, treinamento de equipe, tudo para que não haja perdas irreparáveis desse acervo de alto valor histórico, cultural e intelectual (Fundação Oswaldo Cruz, 2019).

Também devem ser considerados aspectos voltados ao processo de preservação digital desse material. Como explicitado por autores como Gomes *et al.* (2023) e Greenhalgh (2011), é indispensável manter e preservar constantemente os servidores onde as obras são armazenadas, a fim de assegurar o acesso contínuo e permanente a todo material digitalizado.

Nesse contexto, a BDJur, mantida há 20 anos pelo STJ, demonstra excelente desempenho em relação aos objetivos propostos, visto que utiliza a plataforma *Dspace*, um software amplamente reconhecido na gestão de repositórios digitais, que segue diretrizes estabelecidas pela OAI. Assim, a BDJur configura-se como uma ferramenta alinhada aos objetivos específicos do projeto, notadamente no que se refere ao armazenamento, ao acesso e à preservação de longo prazo dos materiais raros digitalizados.

Concluindo, apesar das limitações inerentes ao projeto, o conjunto de obras passíveis de digitalização e disponibilização reúne significativo valor informacional e científico, podendo contribuir de forma relevante para a ampliação do acesso ao conhecimento. Dessa forma, a iniciativa fortalece o papel da Biblioteca STJ-Enfam como instrumento institucional de acesso aberto à informação e de preservação do patrimônio bibliográfico.

REFERÊNCIAS

ARAKAKI, Ana Carolina Simionato; ARAKAKI, Felipe Augusto; MENDONÇA, Ana Carolina Novaes de. Metadados de gênero na formação de coleções temáticas em repositórios institucionais. *In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 24., 2025, Vitória. **Anais [...]**. [S. l.]: Ancib, 2025. Disponível em: https://enancib.ancib.org/enancib/pt_BR/article/view/770/784. Acesso em: 28 abr. 2026.



BLATTMANN, U.; WEBER, C. Dspace como repositório digital na organização. **Revista ACB**, Florianópolis, v. 13, n. 2, p. 467–485, 2008. Disponível em: <https://revista.acbsc.org.br/racb/article/view/593>. Acesso em: 1 maio. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm. Acesso em: 27 abr. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. Assessoria de Gestão Estratégica. **O Plano Estratégico STJ 2021-2026**. Brasília: STJ, 2021. Disponível em: <https://BDJur.stj.jus.br/handle/2011/172494>. Acesso em 4 abr. 2026.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. [Interface da coleção **Obras Raras na BDJur**]. Brasília: Disponível em: <https://BDJur.stj.jus.br/handle/2011/12>. Acesso em: 29 abr. 2026.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Manual de Digitalização**. Rio de Janeiro: Fiocruz/ICICT, 2019. 30 p. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/37187>. Acesso em: 13 abr. 2026.

GOMES, Priscila do Socorro dos Santos *et al.* Processo de digitalização de obras raras: importância para preservação da memória. **Biblos**: Revista do Instituto de Ciências Humanas e da Informação, Rio Grande v. 37, n. 02, p. 157-169, jul./dez. 2023. ISSN 2236-7594. DOI: <https://doi.org/10.14295/biblos.v37i2.16182>. Acesso em: 12 abr. 2026.

HERRERA, José Alexander Gerena; MELO, Jeimmy Arévalo. Repositorio institucional UNINPAHU, herramienta de conservación, preservación y difusión del saber académico. **Bibliotecas**, Costa Rica, v. 44, n. 1, p. 30-47, fev. 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.15359/rb.44-1.2>. Acesso em 18 abr. 2026.

GREENHALGH, Raphael Diego. Digitalização de obras raras: algumas considerações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, [S. l.], v. 16, n. 3, p. 159–167, 2011. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/pci/article/view/22453>. Acesso em: 30 abr. 2026.

GREENHALGH, Raphael Diego; MANINI, Miriam Paula. Segurança de obras raras como possível objeto de estudo da Ciência da Informação. **TransInformação**, Campinas, v. 25, n. 3, set./dez., 2013. Disponível em: <https://periodicos.puc-campinas.edu.br/transinfo/article/view/6141>. Acesso em: 30 abr. 2026.

MENESES, Raquel da Veiga Araújo de; SILVA, Leila Aparecida Arantes. **A coleção de obras raras da Biblioteca Ministro Oscar Saraiva do Superior Tribunal de Justiça**. BDJur, Brasília, DF, 22 jun. 2004. Disponível em: <http://dspace.stj.jus.br/dspace/handle/2011/32378>. Acesso em: 12 abr. 2026.

